



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 338 - DE 01 A 15 DE MAIO DE 2007 - R\$ 2,00

**Governo Lula
sob a pressão
das disputas
interburguesas**



Abaixo o PAC antioperário de Lula!

Não à reforma da Previdência!

Não ao Fórum Nacional da Previdência!

Fora o arrocho salarial do PAC!

Defesa das reivindicações das massas!

Mobilizações de abril abrem o caminho:



Sem-terra realizam ofensiva

**Operários
contra perda
de direitos**



**Professores, funcionários,
policiais, metroviários:
o funcionalismo luta**

**30 anos de luta contra o genocídio na Argentina:
Punir a burguesia pelos seus crimes de classe!**

Bolívia: as massas encostam o governo Evo na parede

Impasses inter-burgueses emperram o Programa de Aceleração Econômica

A pretensão de Lula era, em pouco tempo, aprovar o PAC. Embora tivesse apoio da maioria dos parlamentares, inclusive parte da oposição burguesa, o PAC recebeu inúmeras emendas que emperraram o processo de implementação. Por meio de Medidas Provisórias (MP), o governo procura furar o cerco e pôr em funcionamento o programa que seria a coqueluche de seu segundo mandato, já que no primeiro não pôde elevar as taxas de crescimento aos patamares de países como Argentina, Índia etc. Porém, as MPs dependem de negociações com os setores burgueses e sindicalistas. O que requer enfrentar os “lobbies” do capital e o desespero da burocracia sindical, pressionada pelos trabalhadores que têm seus direitos arrancados.

A MP 349 autoriza o governo desviar recursos do FGTS para realizar obras de infra-estrutura. O que significa retirar dinheiro do trabalhador e entregá-lo para as empreiteiras. Como é descarado o roubo, a burocracia sindical se obrigou a dizer que é contra. Há um precedente: o governo de São Paulo deu sumiço de milhões do IPESP.

Outro conflito se deu com a MP 351, que cria benefícios tributários para investimentos em infra-estrutura. Embora houvesse concordância com a isenção, as disputas se deram em torno da inclusão de benefícios no texto da MP, ao ponto de constar no PAC incentivos para o laticínio, produtor do queijo mineiro.

Os setores de transportes, portos, energia e saneamento conseguiram uma MP que isenta as empresas por 5 anos da cobrança de PIS e Confins sobre a compra de máquinas, equipamentos e materiais de construção. Os ruralistas pressionaram e conseguiram mais benefícios à soja.

Como se vê, os capitalistas se digladiam para arrancar recursos do Estado. O governo tem pressa em ativar o PAC e não mede esforços para contentar esse ou aquele setor. Os “incentivos tributários” são uma forma de desonerar os capitalistas. A isenção de tributos protege os exploradores, que procuram o melhor meio para potenciar seus lucros. Por outro lado, o governo saqueia o FGTS.

O bloqueio ao PAC expõe a luta inter-burguesa no interior do Estado. O seu fracasso será o fracasso do governo Lula. É isso que esperam o PSDB e DEM (PFL).

Desentendimentos entre Lula e Evo

O governo brasileiro saqueia há muito anos o gás boliviano por meio da exploração da Petrobrás. A meia nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos atingiu os negócios da empresa brasileira. Pressionado pelas massas oprimidas, Evo Morales anunciou que pretende comprar as refinarias vendidas pelo



Lula e Evo: as oscilações de cada um deles e os conflitos decorrentes

fascista Bánzer à Petrobrás.

A Petrobrás comprou por 100 milhões de dólares e pretende vender ao Estado boliviano por 250 milhões de dólares. Nesses anos, explorou ao máximo e ganhou rios de dinheiro. Mesmo assim, exige mais que o dobro pelos chamados “ativos” que estão em solo boliviano.

A burguesia brasileira exige de Lula que endureça contra qualquer restrição aos negócios da Petrobrás. Este tem procurado usar essa pressão para negociar com Evo uma solução que não represente perdas. Ocorre que Evo se encontra, de um lado, sob exigência da oligarquia boliviana para que respeite os interesses dos saqueadores estrangeiros, de outro, enfrenta a ação das massas que desconfiam que o MAS não irá cumprir a promessa de nacionalização dos hidrocarbonetos. Manifestantes tomaram o campo de produção de gás San Alberto controlado pela Petrobrás e chegaram a interromper o abastecimento de gás para o Brasil.

Lula faz demagogia dizendo reconhecer a soberania da Bolívia, desde que esta respeite a soberania do Brasil. O que quer dizer indenizar a Petrobrás, segundo o critério capitalista de saquear a pobre Bolívia. A isso denominou de “indenização justa”.

Os atritos não páram aí. As discordâncias com o governo brasileiro também se manifestaram na 1ª Cúpula Energética

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Sul-Americana. Chaves e Evo divergem sobre a produção do etanol e da política do biocombustível. Ressaltaram os problemas do plantio de matérias-primas para os biocombustíveis em áreas de preservação ambiental e a necessidade de preservar a base alimentar da população, referiam-se ao milho.

A outra intenção era a de formar uma “OPEP do gás”. O Brasil também disse não.

Assim, o governo Lula desdenhou os objetivos e declarações de Chaves e Fidel. Desfez as movimentações políticas e econômicas do governo venezuelano, que não eram do agrado das potências.

O documento da reunião desconheceu as advertências. Em seguida, Lula foi ao Chile e Argentina negociar o etanol.

O caudilho brasileiro comparece diante de seus vizinhos como o porta-voz do imperialismo norte-americano. A aproximação mais intensa com Bush o distancia dos nacionalistas latino-americanos. Se no passado era possível manter o pé nas duas canoas, nesse segundo mandato, Lula preferiu colocar os pés na dos Estados Unidos. A estratégia de Bush é fazer de Lula um instrumento da política econômica do imperialismo.

Lula joga com a criação do Banco do Sul

Chávez anunciou a criação do Banco do Sul para ampliar a influência sobre os países do continente. Levou a proposta para a reunião da Cúpula Energética Sul-Americana. A diplomacia brasileira respondeu que não aceitava o “prato-feito”. Na realidade, não apenas usou de sua soberba mas também da defesa do FMI e Banco Mundial. Expressou claramente que não cabe constituir uma agência latino-americana que se contraponha ou substitua os organismos já existentes. Para emprestar dinheiro aos países com problemas já basta o FMI.

Lula não poderia simplesmente dizer não e se apresentar totalmente alinhado aos Estados Unidos. Exigiu então que é necessário primeiro “definir a finalidade do Banco do Sul”. Certamente, a finalidade pretendida deve ser definida pelo governo brasileiro, que rejeitou a idéia de um organismo que financiase desequilíbrios econômicos de países do continente.

A burguesia brasileira, também nesse particular, atacou a pretensão de Chávez de liderar uma integração latino-americana. Aplaudiu, desta vez, a atitude de Lula em desencorajar a aventura de Chávez.

O papel do governo brasileiro, segundo a burguesia interna e o imperialismo, é o de barrar as pretensões nacionalistas de Chávez e Evo. É inconcebível para os Estados Unidos a aproximação desses caudilhos com a política de Fidel Castro.

Lula imporá as reformas

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, enfatizou na reunião com Moody's e a Standard & Poor's (empresas de assessoria aos investidores) que o governo dará “continuidade às reformas e manterá a responsabilidade fiscal”. Esteve nos Estados Unidos para convencer as agências de avaliação de que o Brasil não oferece riscos aos aplicadores. O governo corre desesperadamente atrás dos especuladores internacionais. Imagine só o Estado brasileiro se curvando diante das agências do

imperialismo para lhes mostrar que se trata de um país estável e responsável frente aos credores. Eis aí a subserviência do governo ao grande capital.

O compromisso de ativar as reformas trabalhista, previdenciária etc que ficaram inacabadas no seu primeiro mandato atingem a vida dos trabalhadores. De fato, os ministros da Fazenda e do Planejamento já tinham apresentado projetos anti-operários, a exemplo da flexibilização do trabalho pela Super-Simples, da contenção salarial do funcionalismo por meio do PAC, constituição do Fórum Nacional da Previdência e da regulamentação da lei anti-greve.

Emenda 3: negociata contra os assalariados

Depois de votada parte da Reforma Trabalhista por meio da Super-Simples, que dá o direito ao patronato de contratar sem obedecer as regras da CLT, Lula se viu obrigado a vetar uma emenda do ex-senador peemedebista Ney Suassuna que impede os Ministérios do Trabalho e da Previdência de fiscalizarem as empresas que contratam trabalhadores como se fosse autônomos (pessoas jurídicas).

A Emenda 3 nada mais é do que um reforço à Super-Simples, que permite que as empresas contratem trabalhadores sem carteira assinada, como se fossem prestadores de serviço. Com isso, podem demitir à vontade, não precisam pagar o FGTS e outros direitos, inclusive o 13°.

O roubo e a destruição de conquistas são tão violentas que Lula precisou vetar. O veto de Lula deu fôlego para a burocracia sindical apoiá-lo em nome da garantia de direitos. Tanto a Força Sindical quanto a CUT convocaram paralisações de algumas horas e protestos localizados em favor do veto presidencial.

Portanto, tanto o governo quanto a burocracia não se opõem às medidas da reforma trabalhista. O desacordo está na forma como se deve dar a redução de direitos. A emenda substitutiva não eliminará o objetivo de flexibilizar e precarizar as conquistas dos trabalhadores.

Reforma da Previdência

O Ministro da Previdência, ex-presidente da CUT Luiz Marinho, anunciou que o relatório do Fórum Nacional da Previdência será votado no Congresso no mês de setembro. Deu a entender que algumas medidas serão postas em prática imediatamente e, outras, para os trabalhadores que ingressarem no mercado de trabalho. Voltou a enfatizar o “déficit” na Previdência e que não é possível manter pensões vitalícias às viúvas e adiantou que poderá ser transformada em uma indenização.

Os sem-vergonhas haviam dito que não fariam os trabalhadores pagar por um déficit que não existia. Bastou a burguesia bater o pé para recuarem.

O fato é que o governo Lula fará nova investida contra os trabalhadores, dificultando ainda mais as aposentadorias e reduzindo ao máximo os valores pagos pelo Estado. Ao mesmo tempo, incentivará os fundos previdenciários privados, particularmente para os jovens que iniciam no trabalho. Mantêm-se a proteção dos parlamentares, militares e juizes. Os assalariados que recebem uma miséria, as viúvas pobres e a mão-de-obra jovem serão mais golpeados ainda.

Mês de abril: protestos e descontentamentos

Luta Camponesa

Depois de 100 dias do segundo mandato de Lula e dos governadores eleitos, o movimento dos camponeses sem-terra desfechou centenas de ocupações de terras, de prédios públicos, realizou bloqueios de estradas e liberou pedágios de rodovias no estado do Paraná. O Abril Vermelho, que teve como centro a denúncia dos 11 anos do massacre de Eldorado dos Carajás e a não punição dos assassinos, tem as seguintes reivindicações: 1) o assentamento de 1 milhão de famílias durante o governo Lula; 2) assentamento de todas as famílias que estão debaixo das lonas; 3) os assentamentos devem ser próximos às grandes cidades, que poderiam consumir a produção; 4) desapropriação das fazendas sob o controle de empresas estrangeiras e das fazendas que mantêm o trabalho escravo; 5) atualização dos dados de produtividade para efeito de desapropriação das fazendas.

Tratam-se de reivindicações que aceleraram os assentamentos pela via da legislação do Estado e pelo pagamento aos exploradores do campo.

Mesmo assim, ações do MST e MLST provocaram a ira do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (petista ligado aos mandelistas da Corrente Democracia Socialista). Cassel condena a violência dos camponeses com os mesmos argumentos da burguesia fundiária.

Diz: “Não é a agenda da violência, da queima do canavial, da ocupação do prédio público...ao recorrer à violência, os sem-terra prestam um desserviço à sua própria causa – a reforma agrária”. Não se referiu à ação das milícias dos latifundiários sobre os camponeses, o indiciamento judicial de trezentos sem-terra do Pontal (SP) e a criação de um central de proteção à propriedade privada, que legaliza a repressão das milícias dos fazendeiros.

O Ministro de “esquerda” (é uma vergonha chamá-lo de trotsquista) não fez senão expressar a campanha da dire-

ita mais reacionária que exige repressão e decretação de ilegalidade do MST, MLST etc.

O movimento dos sem-terra, além de contar com direções reformistas que apóiam o governo Lula e não lutam para impor a reforma agrária na marra, enfrenta a brutal violência das leis do Estado, da Justiça, da Polícia e dos jagunços, que são o braço armado dos latifundiários.

Luta Operária

Não foram só os camponeses que saíram à luta. A Emenda 3 obrigou a burocracia a convocar atos de protestos. O sindicato Metalúrgico do ABC, Químicos e Plásticos de SP realizaram uma paralisação por tempo determinado nas principais montadoras e empresas do setor químico em nome da defesa dos direitos. Os metroviários fizeram o mesmo.

O problema está em que não há disposição das direções de organizar o movimento unitário, que implica assembleias conjuntas e ações comuns, entre elas a greve. A pressão dos atos é de forçar o governo a incluir/manter uma ou outra medida de proteção ao trabalho. Não têm o objetivo de derrotar as reformas que destroem as conquistas dos assalariados. Mesmo sendo atos limitados e isolados, a burguesia clamou por repressão. Diretores dos sindicatos dos metroviários (SP) foram demitidos por justa causa. A ausência de uma resposta do movimento mostrou a covardia da burocracia. Fica a lição de que o combate a uma medida pró-capitalista exige ampla unidade das massas e politização revolucionária da luta de classe.

Luta do Funcionalismo

O funcionalismo público, duramente atingido pelas medidas governamentais e pelo arrocho salarial, saiu às ruas. Em vários estados, os servidores públicos protagonizaram assembleias, paralisações e manifestações. As reivindicações eram quase todas co-

muns: contra os reajustes diferenciados, arrocho salarial, eliminação de direitos trabalhistas e contra a reforma da previdência. Particularmente, em São Paulo, o dia 25 de abril foi de manifestação gigantesca e indicação da greve. (ler o artigo sobre o movimento dos professores e do funcionalismo).

Principal tarefa dos revolucionários

Com todos os problemas, que vão desde o medo de perder o emprego, ao salário de fome e o papel da burocracia sindical, os trabalhadores procuram uma direção política que possa responder aos ataques e apresente uma saída para a violência a que estão submetidos. Essa é a grande tarefa do Partido Operário Revolucionário.

A pouca inserção no proletariado e no campesinato não é motivo para que não atue no movimento social defendendo o programa da classe operária de derrotar o capitalismo e implantar o comunismo, onde a propriedade dos meios de produção será social. A denúncia do servilismo de Lula ao imperialismo e à propriedade privada, a cada passo de seu governo, ajudará as massas oprimidas, que confiaram nesse governo, a superarem as ilusões e a ganharem independência.

A experiência com o democracia burguesia (eleições) só se esgotará com o trabalho sistemático junto aos explorados, que vivenciam os governos que eram considerados como seus. A partir das reivindicações elementares e dos ataques frontais da burguesia, as massas oprimidas se levantam contra o governo e o Estado. A burocracia, mais uma vez, procurou fragmentar a luta e desviá-la do combate ao governo. O POR atuou no sentido contrário, defendendo as reivindicações e colocando a necessidade de radicalizar os métodos de combate.

Nossa tarefa estratégica é de construir o partido revolucionário, principal instrumento para derrotar o capitalismo e erguer a sociedade comunista.

Podridão sem fim

Quatro fatos marcam a situação política do Brasil neste mês de abril: criação da CPI do Apagão, operação Furação da Polícia Federal, manutenção dos cargos parlamentares dos envolvidos com o mensalão e o sanguessuga pela comissão de ética do parlamento e aumento salarial dos parlamentares. Todos retratam a corrupção no seio do Estado e a ladroagem dos cofres públicos. Embora pareçam isolados, fazem parte da desintegração do capitalismo, sistema historicamente esgotado.

Comissão Parlamentar de Inquérito

O Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade que a Câmara dos Deputados constitua a CPI do Apagão, acatando o recurso do DEM (PFL)/PSDB. Mas, no Senado, a oposição já havia obtido as assinaturas para instalá-la. Por falta de uma, poder-se-á ter duas. No Senado, DEM (PFL) e PSDB são fortes; na Câmara Federal, impera a coalizão governamental. Lula e seus aliados não puderam evitar que a oposição retomasse o fio da crise instalada no seu primeiro mandato. O chamado Apagão dos aeroportos, a greve dos controladores de voo e o descontentamento dos militares deram munição para o DEM (PFL) tomar a frente e arrastar o PSDB para um movimento de apuração da corrupção na Infraero. Por detrás, estão as seguradoras, que não querem arcar com as indenizações do acidente da Gol, e os norte-americanos envolvidos na morte de mais de uma centena de passageiros. Tudo indica que com a CPI a retomada da crise política é quase certa, depende em certa medida do PSDB, que tem uma de suas alas se aproximado de Lula em função de disputas internas e das necessidades dos governadores de São Paulo e Minas. Possivelmente, a corrupção da Infraero será exposta. Os peefelistas sabem que petistas estão envolvidos. A corrupção permanecerá e os envolvidos serão poupados. A CPI só serve às disputas burguesas no seio do Estado podre.

Liberação de corruptos

O PSOL entrou com um pedido de abertura de cassação de três parlamentares, entre eles o famoso Valdemar Costa Neto (PL), envolvidos com os escândalos do mensalão e dos sanguessugas. Os “éticos” deram o parecer que não havia como atender o PSOL porque os acusados foram absolvidos pelas urnas, sendo reeleitos. O acontecido só serviu para o PSOL fazer sua propaganda de partido comprometido com a ética e com um Congresso limpo. A demagogia e o cinismo não têm limites na política burguesa, cuja uma das expressões é o cretinismo parlamentar. A corrupção é inerente ao capitalismo e ao seu Estado. A sua vastidão mostra a decadência da sociedade de classe.

Furação da PF

A ousadia das quadrilhas e da máfia do jogo tem sido tão descarada que obrigou o Estado a agir para pôr um limite. A prisão dos empresários do jogo, que têm conexão com a máfia internacional, foi acompanhada da revelação de juizes, desembargadores, advogados, delegados federais e policiais. Parla-



Dinheirama nas paredes dos juízos

mentares foram poupados, ainda que nomes foram arrolados abertamente. O Judiciário tem contribuído com venda de pareceres favoráveis aos burgueses traficantes. O envolvimento do juiz Paulo Medina, pertencente a mais alta hierarquia do Judiciário (STJ), e o procurador da República João Sérgio Leal dão bem a medida da putrefação da ordem capitalista. É essa gente que responde pela “democracia” e a ordem legal contra os camponeses do movimento dos sem-terra, contra as greves operárias, contra as manifestações do funcionalismo etc. O nome Furação – que para ficar bonito a PF deu nome inglês Hurricane – não passa de um ventozinho que logo se perderá ali na esquina do Congresso e dos Supremos.

Parlamento – cova de ladrões

Lembremos que os deputados queriam equiparar seus salários com os da alta cúpula do Judiciário (21.500,00). Escandaloso! Voltaram atrás. Agora, decidiram elevar para 16.512,00. Esses ladrões acham pouco, querem dar a entender que estão fazendo sacrifício para o bem da nação, porque afinal são representantes do povo. Os dedicados larápios ganham 15 salários ao ano e se aposentam rapidinho, basta terem alguns mandatos. Senadores e deputados custarão cerca de 150.000,00, fora as mordomias como casa, saúde etc. Ganham essa fortuna para quê? Para defenderem dos interesses dos capitalistas e manterem as massas na miséria.

Grande propriedade

Esses acontecimentos têm por base a grande propriedade privada dos meios de produção e a classe burguesa que a detém. Mas não aparecem aos olhos das massas que dão o sangue para tocar a economia. Pagam com o salário de fome e com o desemprego. É tarefa do Partido Revolucionário desmascarar a classe exploradora, seus partidos, seu parlamento e seus governos. Por meio do programa de reivindicações e da luta, a classe operária acordará para a tarefa de derrubar a burguesia do poder e expropriá-la dos meios de produção. A podridão será limpa pela revolução proletária.

Campanha salarial e luta contra a reforma da previdência em São Paulo

CAMPANHA SALARIAL DOS PROFESSORES E AS MOBILIZAÇÕES DE OUTROS SETORES

Qual é a situação do movimento social, no qual se insere a campanha dos professores e do funcionalismo? Não há um quadro grevista no país. Há descontentamentos em vários setores, em particular no funcionalismo.

As greves dos controladores de vôos e as “operações” da polícia federal tiveram por detrás interesses corporativos e só ganharam projeção porque causaram incômodo para uma parcela da burguesia e pequena-burguesia.

A jornada de luta do MST e MLT, abril vermelho, que se radicalizou nas ocupações de terra e de prédios públicos, tem como eixo a pressão para que o governo acelere os assentamentos e aprove mais recursos para os já assentados. O ponto culminante da jornada foi o dia 17 de abril, data do massacre de Eldorado dos Carajás. As direções temem a radicalização do movimento e, conseqüentemente, a perda do controle. Certamente, atuaram para arrefecer a jornada logo após a obtenção de algumas garantias com o governo. Mas, sem dúvida, os camponeses sem-terra foram os que mais se projetaram nesse período. Em São Paulo, o movimento sem-teto realizou manifestações e bloqueios de avenidas.

Os estudantes, que reiniciaram a luta pelo passe-livre e contra a reforma universitária, não conseguiram adesão suficiente para romper o cerco da direção da UNE e UBES, que está enfileirada em torno da governabilidade de Lula. A Conlute, que aprovou a mobilização contra a reforma, não conseguiu reunir um contingente significativo de estudantes universitários, transformando-a num ato de vanguarda, conseguindo alguma expressão em função da paralisação dos professores.

O fundamental está no fato de que o movimento operário se encontra retraído. O proletariado fabril está submetido à política das direções burocratizadas. A direitista Força Sindical, que se incorporou ao governo por meio do Ministério do Trabalho, limitou-se aos protestos contra a Emenda 3. A CUT, que dirige a maioria dos sindicatos e apóia o governo, também se restringiu a denunciar a Emenda 3 e alguns aspectos do PAC, a exemplo do reajuste do funcionalismo. A Conlutas, que tem no Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos seu elo mais forte, realizou o Encontro Nacional do dia 25 de março com o objetivo de criar grandes mobilizações, mostrou-se débil na inserção junto à classe operária. Concretamente, a classe operária não tem saído às ruas contra as ações patronais, porque está sob a política de direções direitistas, reformistas e centristas.

Essa situação reflete sobre o ânimo da campanha salarial do funcionalismo, que até o momento não se unificou. O setor mais mobilizado continua sendo o dos professores estaduais.

AUMENTA A REPRESSÃO DOS GOVERNOS SOBRE OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Os governos de todas as esferas aproveitam a situação para impor novas medidas contra os servidores.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) exige dos estados e municípios o cumprimento de metas de redução da repetência e evasão e elevação dos resultados das avaliações dos alunos, com a ínfima quantia de 2 bilhões anuais a mais no irrisório recurso destinado à educação. Reforça os métodos repressivos sobre os professores, que comparecem como responsáveis pelo fracasso do ensino. Ao lado do PDE, anunciou a lei anti-greve, que pune os sindicatos e servidores que paralisam o trabalho.

Serra, por sua vez, endossou o PDE e ampliou as medidas repressivas contra o magistério. Determinou que os reajustes do funcionalismo fossem diferenciados e por méritos (avaliação de desempenho). Colocou para votação na Assembléia Legislativa o Projeto de criação da SPPREV, que determinará o valor das contribuições do funcionalismo, pagará as aposentadorias e pensões e retirará os contratados do sistema, vinculando-os ao INSS. Junto a esse Projeto, encaminhou o PLC 31, que acaba com a integralidade das pensões, reduz a idade para que os filhos tenham direito às pensões e limita a possibilidade dos pais serem beneficiados de pensões deixadas pelos filhos. Portanto, as medidas são violentas contra o funcionalismo.

Tanto Lula quanto Serra ameaçam retirar direitos como as faltas abonadas e a licença prêmio, usando para isso o velho argumento de que o funcionalismo é uma camada que possui privilégios.

Como vemos, os governos seguem a reforma de desmonte da educação pública e eliminação de conquistas dos trabalhadores.

ATUAÇÃO DA BUROCRACIA SINDICAL E DAS CORRENTES POLÍTICAS

As condições objetivas para um amplo movimento de enfrentamento aos governos estão dadas. Mas os elementos subjetivos atuam sobre a classe, impedindo a unidade e reforçando a fragmentação do movimento.

A direção nacional dos professores (CNTE), que não tem expressão real nas bases, apóia o governo Lula e faz campanha demagógica em torno de algumas quirelas a mais no piso de R\$ 850,00 (a ser alcançado em quatro anos). Tem como campanha o ato do dia 25, em Brasília, defendendo o piso de R\$ 1050,00.

Em São Paulo, a Apeoesp, a Afuse e o Sinpeem, que têm à sua volta mais de 200 mil trabalhadores da educação, fazem campanhas separadas e se recusam a unificar a luta. O mesmo ocorre com as direções do funcionalismo, que não mobilizam seus setores e se dispõem unicamente a participar de atos. São direções incapazes de impulsionar um amplo movimento de defesa das reivindicações e de combate ao governo. Por outro lado, as correntes que fazem oposição a essas direções também não estão unificadas em torno de um programa e do método da ação direta. Entre essas correntes, o PSTU é a maior, porém não consegue ser conseqüente na luta contra a burocracia, pois faz parte dela. A criação da Conlutas arrastou várias correntes para a política de divisão da CUT. Na campanha salarial, o PSTU se deslocou mais à esquerda, o que permite uma ação frentista em torno da construção de assembléias mais representativas e de

propostas que apontam a organização dos professores. Os traços burocráticos do PSTU impedem que as discussões e as decisões sejam mais coletivas, por isso recusa as plenárias abertas e outras formas organizativas. A tendência é a de se juntar à burocracia da Articulação para colocar fim na campanha.

As correntes sectárias não fazem um trabalho frentista. Comparecem nas assembleias sem força de mobilização e com uma análise errada das tendências do movimento como, por exemplo, de que as condições para a deflagração da greve no dia 17 estavam dadas e que bastava a ação da vanguarda para demover os resistentes à greve. Esse setor se juntou aos aventureiros do PCO para defender greve a partir do dia 17. Procuraram se diferenciar de tudo o que os outros setores propunham, até no trajeto da manifestação (ao invés de defender a caminhada em direção à Assembleia Legislativa, onde o funcionalismo se encontrava, propuseram ir à Secretaria da Educação. O radicalismo e o aventureirismo são tão grandes que se apoiaram na ação corporativa contra a ação unitária de estudantes, professores e funcionários públicos.

A Corrente Proletária vem construindo um trabalho frentista e tinha acordo de análise com o PSTU de que não havia disposição de greve imediata. E defendeu nova paralisação e assembleia no dia 10 de maio. Chegou a propor que essa assembleia fosse precedida de dois dias de paralisação para que os comandos de mobilização fossem organizados e atuassem no sentido de atingir todas as escolas. Mas não conquistou o apoio da assembleia.

Como se vê, as condições subjetivas se tornam obstáculos à unidade e à coesão dos trabalhadores. A ausência de uma oposição programática inserida no movimento dos professores é a trava maior e o grande prejuízo para a luta dos professores.

SOLDAR A VANGUARDA À MAIORIA DA CLASSE

Ainda não há coesão entre os professores e uma forte disposição para enfrentar os governos. Reconhecem que os ataques são brutais e que as condições de ensino e trabalho estão cada vez mais precarizadas, mas não vêem possibilidade de derrotar a política governamental.

A divisão entre professores efetivos, ofas, eventuais, coordenadores, diretores etc. reforçou o individualismo e a concorrência. Diretores posam como patrões, professores efetivos como aqueles que são capazes, os ofas como fracassados porque não conseguem uma vaga pelo concurso e os eventuais como bonzinhos para serem aceitos pelos diretores e pelos colegas. O governo conseguiu esfacelar a classe dos trabalhadores da educação.

A despolitização é grande e contribuem para o seu crescimento a pauperização e as jornadas terríveis de trabalho. A burocracia da Apeoesp se apóia na divisão e se nutre do atraso político da classe. Atua no sentido contrário à politização e à unidade dos trabalhadores. Mas a burocracia também está sob a pressão da vanguarda e, por isso, é obrigada a “falar da greve”.

Há um setor dos professores que usa dois argumentos extremamente atrasados para se colocar contra a greve: 1) de que não adianta ir à greve, porque o governo não se importa com a educação; 2) de que não confia mais no sindicato. Essa manifestação evidencia o quanto a classe está sob a influência das idéias

burguesas e o quanto regrediu politicamente.

Uma campanha salarial que rompa com esses preconceitos e ganhe a maioria para o método grevista é uma tarefa importante para que a classe recupere sua disposição de combate.

Assembleias

As assembleias do dia 30 de março e 17 de abril, que contaram com mais de cinco mil professores, foram resultado do trabalho dos setores de oposição. A diretoria da Apeoesp tinha como centro da campanha os atos por região, com o discurso falacioso de “desgastar o governo Serra” em todo o estado, e a participação do ato em defesa do piso da CNTE, em Brasília. A primeira vitória da oposição como um todo foi retirar o poder de decisão das mãos da diretoria sobre os rumos da campanha e colocá-lo para ser votado em assembleia geral.

A vanguarda trabalhou pelas assembleias e colocou nas ruas o protesto da educação contra as medidas governamentais. Mas não pôde avançar para a aprovação da greve. Todas as correntes tinham a avaliação de que não era possível deflagrar a greve no dia 17, porque havia um setor significativo resistente. Por isso, as diferenças eram de datas para a próxima mobilização. Em épocas passadas, com assembleias pequenas, foi possível deflagrar a greve e construí-la no processo de paralisação. Hoje, essa situação não se repete, embora as assembleias sejam bem maiores. Isso porque não há uma tendência instintiva de greve nas escolas. O que existe é um receio de começar uma greve, medo de ficar sem o salário e ainda ser punido. Pesa nesse temor, a desconfiança na direção do movimento. As últimas greves, excetuando a do PLC 26, foram longas e sem conquistas significativas.

A burocracia petista/PCdoB, percebendo que a assembleia estava sob o controle da oposição, defendeu a mesma proposta do dia 10 de maio, enfatizando o ato em Brasília. O PCO tentou criar uma divisão em torno do encaminhamento de se votar greve e não greve. Como não houve respaldo, alinhou-se com os setores que defendiam nova assembleia para o final do mês. Os propositores de assembleia, no dia 27, na reunião do Conselho, estavam divididos entre os dias 23 e 27 e, na assembleia do dia 30, parte deles votou na proposta de 17 de abril, defendida pela Oposição Alternativa, Corrente Proletária e apoiada por outras correntes.

O fundamental está em que nenhum setor propôs a greve imediatamente. O problema colocado é como demover os obstáculos que impedem a deflagração da greve. Certamente, a burocracia que apoiou a proposta de assembleia no dia 10 de maio não fará nada para modificar a situação. A campanha, para ela, se encerra no ato de Brasília. Este quadro poderia se alterar com uma golpeada do governo, como fez Alckmin com o PLC 26. Sem um acontecimento novo, a assembleia de maio tenderia a repetir as mobilizações do final de março e abril.

Governos impõem novas medidas das REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O fato novo surgiu com o lançamento da SPPREV. Nem bem acabou a assembleia do dia 17, Serra, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 30, exigiu que os deputados aprovassem a São Paulo Previdência (SPPREV), que administrará a

Previdência dos servidores efetivos e substituirá o Instituto de Previdência do Estado (IPESP). Diz que se trata de uma exigência do governo federal (Lula). Esse projeto de lei, criado por Alckmin em 2005, foi modificado por Serra e, junto com outros que restringem as pensões dos beneficiários dos servidores (PLC nº 31) e criam o fundo previdenciário complementar (PC nº 32), estava sendo discutido na Assembléia Legislativa.

A SPPREV caiu como uma bomba sobre os trabalhadores da educação e o restante do funcionalismo. Isso por que ataca diretamente os contratados pela Lei 500 (205 mil servidores) e os estáveis. O PLC 30 diz que os contratados serão transferidos para o INSS, ficando submetidos às regras gerais do Regime Geral de Previdência. O que significa eliminar os poucos direitos do funcionalismo, como a licença saúde, maternidade etc. Os efetivos, que serão incluídos na SPPREV, certamente terão de arcar com uma contribuição maior do que os 11% atuais, já que o Estado limita sua contribuição e não a dos servidores e ainda segue a lei federal que determina gastos com previdência não superiores a 12% de sua receita líquida. O PLC 31, por sua vez, garante mais redução de direitos para os efetivos, acabando com a integralidade das pensões, diminuindo a idade para que os filhos sejam beneficiários (dos atuais 21/24 anos para 18) e reduzindo as possibilidades de que seus pais sejam beneficiários.

Burocracia fez de tudo para impedir a realização da assembléia

Diante de 30 mil professores, a diretoria da Apeoesp não teve outra saída senão modificar sua intenção de caravanas à Brasília no dia 25 de abril. Nesse dia, o governo faria uma reunião plenária na Assembléia Legislativa sobre a SPPREV. Sob a bandeira de “paralisar todas as escolas e ir à Assembléia Legislativa”, os professores que estavam reticentes à greve aderiram em massa ao movimento.

A burocracia da APOESP, assim como a de outros setores do funcionalismo, não queria rechaçar a reforma da previdência, só modificar alguns pontos dos PLC’s 30, 31 e 32. Queria mesmo participar da administração do fundo, assim como os deputados petistas e do PC do B, que fizeram 21 emendas ao PLC 30 para resolver este ponto, sob a bandeira da “gestão democrática”.

A presença massiva dos professores atingiu a burocracia, que manobrou para não transformar o tal “ato unificado” em assembléia. Usou outros burocratas, principalmente da saúde, que ameaçavam retirar-se da manifestação caso a assembléia fosse instalada. Cansou os professores nesta discussão tentando fazer os setores oposicionistas passarem por divisionistas e corporativistas. Mas, acabou derrotada nesta proposta: os professores decidiram pela assembléia.

Porém, os professores rejeitaram a proposta de “greve já”. Nisto pesou a ação da diretoria burocrática e dos setores centristas vacilantes. A diretoria custou para instalar a assembléia, negou-se a inscrever os membros de oposição e passou na frente de todos anunciando a proposta de “greve a partir do dia 02/05”. Não houve a possibilidade de se encaminhar a proposta de greve ou não greve. Daí os professores preferirem aquela que jogasse a paralisação para depois. A ASS, corrente que se apresenta como “esquerda” do PT, alegando não haver possibilidade para greve imediata, propôs que ela se iniciasse no dia

04/05. Obviamente, os burocratas petistas retiraram sua proposta em favor desta.

Pesou também na derrota da proposta a atuação da Oposição Alternativa (PSTU), a qual não quis se aliar aos demais setores de oposição e defendeu “greve a partir do momento que o projeto fosse votado” e se não fosse “greve a partir da assembléia de 02/05” (após dois dias de feriado). Atrou a luta ao parlamento, em que a votação do projeto é que determinaria a luta, e completou propondo “perseguição aos deputados que votassem o projeto”.

A Corrente Proletária, junto com os demais setores de oposição, apresentou a proposta de “GREVE JÁ”. Procurou explicar aos professores que não podemos reagir após o projeto ser aprovado e que não podemos esperar que a paralisação se constitua espontaneamente, temos de construí-la em greve. Argumentou que na assembléia havia duas propostas: uma de quem quer lutar e chama a greve já e outra de quem não quer lutar e a adia para mais tarde.

A rejeição a essa proposta, como já expusemos, foi determinada pelas condições subjetivas do movimento em geral e dos professores em particular e também pela atuação da direção burocrática e dos setores que a ela se aliam. À medida que a Articulação somou-se à ASS, a decisão quanto à greve polarizou-se entre decretá-la de imediato ou não. A Oposição Alternativa não conseguiu dar um passo a frente, ficou no meio do caminho, como mais um obstáculo à luta dos professores.

Serra dá um passo atrás

Embora não tenham aprovado a greve, os professores não rejeitaram outras formas de ação direta, como tomar as principais ruas da cidade. Por isso, definiram realizar uma grande passeata, da Assembléia Legislativa à Av. Paulista, derrotando os métodos distracionistas dos burocratas pelegos que queriam realizar uma “vigília” para pressionar os deputados.

A grande passeata teve repercussão e fez o governo recuar. Ele não retirou o PLC 30, mas teve de alterá-lo. Os temporários agora passam a fazer parte da SPPREV, desde que tenham sido admitidos até a publicação da lei. O Conselho de Administração passa a ter 14 membros (eram 8), sendo 7 indicados pelos servidores. Na Diretoria Executiva cria-se o cargo de Diretor Representante dos Servidores. Não haverá extinção da Caixa Beneficente Polícia Militar, que manterá suas funções não previdenciárias.

Pressionado, o governo teve de resolver o principal problema dos servidores, que era a exclusão dos temporários. Não elimina outras contradições do projeto, como a possibilidade de aumento da alíquota previdenciária do funcionalismo, diz apenas que “não retirará direitos”. Cedeu também no que interessava aos burocratas, praticamente dobrando o número de membros do Conselho de Administração, que ganharão cerca de R\$ 1.900,00, e criando o Diretor Representante dos Servidores, que ganhará R\$ 9.667,00.

De um lado, ficou demonstrada a eficácia do método da ação direta e a necessidade dos trabalhadores em geral de o utilizar na luta contra os exploradores. De outro lado, a necessidade dos trabalhadores avançarem na luta para combater suas direções burocráticas e o governo burguês, que ora se digladiam ora fecham acordos.

Apresentamos abaixo o resultado das discussões ocorridas na reunião da Corrente Proletária/POR, que contou com trabalhadores da educação e estudantes.

Um retrato do desmonte da educação pública

1. Terminado o período eleitoral, os governos empossados assumem a continuidade do desmonte da educação pública. Na ausência, implantam a cartilha do Banco Mundial e as diretrizes do FMI, que comparecem como medidas de reformulação do ensino. Na verdade, são reformas reacionárias. Uma década já se passou e as conseqüências têm sido desastrosas. A tipificada educação de “qualidade”, termo em moda nos debates acadêmicos e no meio sindical, só serviu para ludibriar os tolos no momento da implantação da LDB, Fundeb e outras medidas que reforçam os cortes de recursos estatais. A “descentralização”, usada para amenizar o impacto da mercantilização do ensino, tornou-se desgraça para os professores, que perderam o emprego ou tiveram os salários rebaixados. Por detrás da descentralização estava a municipalização da maioria das matrículas dos alunos e do maior contingente de professores. A política de fundos (Fundef) para o custeio da municipalização não trouxe mais recursos e as escolas tiveram de recorrer às parcerias com a iniciativa privada e às taxas cobradas aos alunos e pais. O ensino médio não atingiu a maioria dos jovens. A evasão escolar continuou crescendo, particularmente na faixa etária de 15 a 18 anos. O abandono da escola é a solução para boa parte da juventude dos bairros pobres, que é obrigada a enfrentar o trabalho subumano. A expansão do ensino superior privado em detrimento do público favoreceu os negócios dos capitalistas da educação, que exigem a aplicação das medidas de compra de vagas ociosas pelo Estado (ProUni). A educação como qualquer outra mercadoria se sujeitou à lei da concentração – grupos mercantis dominam a rede escolar privada. A educação regrediu. Os baixos índices de aprendizagem e o crescimento do número de estudantes que saem das escolas como analfabetos funcionais testemunham o fracasso das reformas governamentais. A educação continuou centralizada nas mãos da burocracia estatal, manteve-se seletiva, fragmentada e distante das necessidades do país e da maioria trabalhadora. Como se vê, as reformas são reacionárias, atingem os estados adiantados e os mais atrasados. A precarização do trabalho é um fenômeno do capitalismo e que se manifesta com vigor em sua fase de desagregação. E a educação, como elemento superestrutural, reproduz e atua sobre a base material capitalista. Não há possibilidade de uma educação de “qualidade” se não se transformar a sociedade capitalista em socialista.

2. As condições de trabalho pioraram. O número de professores com contratos temporários aumentou. No Piauí, 75% dos professores não possuem estabilidade (concursos). No Ceará, são 68% nessas condições. No Pará, municípios demitem os contratados em dezembro e recontratam parte deles em março, para não pagar os encargos sociais. Em São Paulo, Alckmin tentou por meio da PLC26 impor a mesma medida, que foi rechaçada pela greve dos professores. Boa parte dos estados possui metade dos docentes sem vínculo empregatício permanente. Os governadores e prefeitos utilizam desse mecanismo para conter gastos. Transformam, com isso, os trabalhadores da educação em mão de obra precarizada e barata. Em São Paulo, o PSDB criou o professor-eventual, que substituiu as faltas dos efetivos e dos Ofas (contratados pela lei 500). O eventual fica a disposição da escola, ganha menos por hora-aula,

não tem contrato de trabalho, recebe a hora trabalhada, não tem férias, descanso semanal e feriados. Como o desemprego tem sido grande, aumentou o número de professores licenciados que se encontram nessas condições miseráveis. Está aí por que dizemos que essas medidas são implementadas por todos os partidos (PT, PSDB, PMDB etc).

3. As conquistas trabalhistas estão sendo retiradas. Os governos utilizam o argumento falacioso de que os trabalhadores da educação têm privilégios e que as faltas prejudicam o ensino. O direito a faltas abonadas e afastamentos é ameaçado. Em alguns estados ainda se mantém esse direito. No Amazonas, são permitidas até 12 faltas ao ano, mediante atestado médico. No Paraná, são três faltas ao mês, justificadas na escola. Na Bahia, são permitidas até 12 ao ano. Em São Paulo, são abonadas 6 faltas ao ano, uma a cada mês. Em Santa Catarina, são três ao ano. Porém, os governos insistem em retirar o abono das faltas. Em Minas Gerais e Paraíba, o abono foi proibido. Em alguns municípios, como Curitiba e Teresina, também não existem faltas abonadas. No distrito Federal, são permitidas 5 faltas, desde que o professor não tenha tido faltas injustificadas no ano anterior. No município de São Paulo, onde o professor tinha o direito a duas faltas mensais abonadas (10 ao ano), o prefeito Kassab (PFL) impôs novas regras para esse direito. O governador de São Paulo faz campanha contra esse direito adquirido. Diz que a cada 100 dias de trabalho na educação há 10 ausências (no ano de 2005) e que há um desperdício de R\$165,9 milhões. Ao invés de verificar as causas das faltas, que se relacionam à saúde, o Secretário Sidney Beraldo conclui que “pode ser necessário a revisão da legislação se existirem incentivos às ausências”. Fica evidente que Serra prepara as condições para retirar esse direito. Ao atrelar a falta abonada à condição de não ter faltas injustificadas, como ocorre no DF, cria um meio de coibir as greves e paralisações do magistério. As faltas abonadas foram conquistas obtidas por meio das lutas. A retirada faz parte da reforma trabalhista, que na educação se materializa nas mudanças no Plano de Cargos e Salários.

4. Nos últimos dez anos, os governos vêm destruindo a carreira dos professores. Os Planos de Cargos e Salários foram golpeados por medidas que visam ao corte de recursos públicos. A evolução na carreira implicava reajustes salariais, embora extremamente limitados. A evolução funcional se resumiu a um amontoado de exigências, sem ganhos reais. Boa parte dos estados contavam com a evolução por tempo de serviço e por certificação. A cada dois, três ou cinco anos, os professores tinham evolução e, conseqüentemente, uma alteração salarial. Os estados do Amazonas, Acre, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso ainda possuem esse tipo de evolução. Em São Paulo, a progressão na carreira pelo tempo de serviço foi abolida e no lugar foram introduzidas a via acadêmica e não-acadêmica, mas de resultado monetário insignificante. Novas medidas vêm sendo anunciadas, entre elas a evolução por merecimento. Piauí, Sergipe, Paraíba, entre outros, adotam o regime de evolução por avaliação de desempenho (merecimento). Em São Paulo, a avaliação de desempenho foi imposta, mas durou pouco tempo porque as denúncias de favorecimento e corrupção eram es-

cabrosas. Agora, Serra retoma a velha história para conceder reajustes diferenciados. A verdade é que a baixa aplicação de recursos à educação tem como efeito o rebaixamento geral dos salários e a quebra da conquista de evolução na carreira do magistério. No lugar, estão sendo incluídos a avaliação de desempenho, cursos de aperfeiçoamento e exigência de atualização de diplomas. São mecanismos de repressão, que reforçam a concorrência e o papel autoritário (patronal) dos gestores (diretores). Por detrás se encontram as exigências das universidades privadas de ocupação das vagas ociosas e o crescimento do ensino à distância para “formação” dos professores.

5.O piso salarial nacional não ultrapassa três salários mínimos. Por 20 horas semanais, o Rio Grande do Sul paga R\$414,20; Minas Gerais, R\$478,65; Bahia, R\$648,79; Paraná, R\$665,23; Pernambuco, R\$ 462,00, por 30 horas; São Paulo, incluindo as gratificações, R\$ 956,00. Na capital do Piauí, Teresina, o salário por 40 horas semanais é de R\$535,00, enquanto que na rede estadual é de R\$915,10. É bom lembrar que se trata de salário bruto, pois levando em conta o salário real a situação chega ao ponto do professor ter de pagar para trabalhar. As diferenças salariais que se dão entre estados e entre estados e seus municípios tornaram-se regra geral. Há iniciativas de governadores que vêm sendo discutidas para que sejam mais amplas. Um dos exemplos é o salário diferenciado entre professores concursados e não concursados, como ocorre em Tocantins. O professor concursado, por 40 horas, recebe R\$2020,00 e o não concursado R\$1.206,00. Em Florianópolis, pela mesma jornada de 40 horas, o concursado ganha R\$1.792,08 e os outros, R\$1.354,64. Em São Paulo, o critério anunciado por Serra de reajuste diferenciado e por merecimento segue a mesma lógica. A realidade é que os professores têm um piso salarial de fome, uma carga de trabalho violenta, obrigando-os a trabalharem em várias redes educacionais. O fato é que aumentou a superexploração do trabalho. Os trabalhadores da educação não conseguem manter suas famílias. A defesa do salário mínimo vital, que está em torno de R\$ 2.500,00, significa combater a política de arrocho dos governos e proteger a vida dos trabalhadores.

6.O Programa de Desenvolvimento do Ensino (PDE), proposto pelo governo Lula, não altera a situação dos professores e das escolas. Ao contrário, reforça a reforma da educação ditada pelos credores imperialistas. O anúncio de que irá gastar mais 8 bilhões, em quatro anos, com a educação, ou seja, 2 bilhões ao ano, não significa nada concretamente. Basta que façamos a conta: em relação ao PIB, a educação sairia do patamar de 3,5% para 3,7%, um acréscimo de 0,2%. Portanto, permanece a política de contenção de recursos à educação pública. A situação se torna mais grave porque os recursos serão destinados aos estados e municípios que apresentarem resultados positivos de aprendizagem. O PDE pressupõe um piso salarial nacional de R\$850,00, menos do que três salários mínimos. Pior ainda: para ser alcançado em quatro anos. Exige a vinculação dos professores, a cada três anos, a uma universidade para atualização. Como o ensino superior é quase todo privatizado, o vínculo é com a rede privada (presencial ou à distância). Para as Universidades federais, o PDE institui um conjunto de medidas, entre elas: a) aumento da taxa de conclusão (formar 90% dos alunos das federais); b) mais alunos em sala de aula, inclusive nos cursos de pós-graduação; c) modificação nos currículos, tornando-os mais “flexíveis”; d) os recursos estatais extras só virão mediante o cumprimento de metas. Aí estão as diretrizes da Reforma do Ensino Universitário, que têm como essência a redução de gastos, cur-

sos rápidos, conclusão de todos que entram sem mais nem menos, salários baixos e condições de trabalho precarizadas. O PDE é mais um passo para a concretização da Reforma Universitária. Portanto, o PDE não modifica o fundamental da reforma, que é a redução de recursos à educação pública e incentivos à mercantilização do ensino.

7.Os governos, inclusive da oposição burguesa, elogiaram o PDE. O apoio se deve ao fato deste não modificar as linhas gerais da reforma, iniciada com FHC. Em São Paulo, Serra, desde os primeiros momentos em que assumiu o governo, tratou de centralizar ainda mais o poder de decisão sobre a educação. O decreto nº 51.461 impõe a Secretaria de Ensino Superior, eliminando a débil autonomia das universidades. Obriga as Universidades a se vincularem ao Sistema Integrado de Administração Financeira. Vetou o acréscimo de 1% da receita de impostos para a educação pública em geral no estado. Em relação à política salarial, anunciou o critério de reajustes diferenciados e por merecimento. O estado mais rico da federação aplica cerca de 3,5% do PIB à educação, mantém milhares de jovens fora do ensino médio, cria mecanismos que obrigam os alunos fora de idade e série a frequentarem os cursos supletivos (rápidos e de custos mais baixos), institui contratos de trabalho sem vínculo empregatício, terceiriza os serviços escolares (merenda, faxina etc), submete mais de 100 mil professores às condições miseráveis de trabalho e salário, fecha escolas e salas de aulas e demite milhares de trabalhadores da educação. Serra não faz senão responder à orientação geral do Banco Mundial e do governo federal, que é a redução do papel do Estado no sustento da educação pública.

8.A Corrente Proletária na Educação rechaça a reforma educacional dos governantes e os remendos propostos pelas direções sindicais burocratizadas. Tem como ponto de partida o fato de que a educação numa sociedade de classe responde aos interesses da classe dominante. Na fase de desagregação do sistema capitalista, como a que vivemos, a educação sofre as consequências. Uma delas é a destruição do sistema público. As soluções dos governos para o fracasso escolar seguem o caminho de livrar o Estado da responsabilidade. Por isso, as medidas se voltam contra os trabalhadores da educação e contra os estudantes, que em grande maioria são os filhos de operários e camponeses. O combate às falsas soluções só pode se dar por meio da defesa das reivindicações dos explorados e estudantes. O método é o da luta de classe (mobilização direta). Os burocratas sindicais, com os discursos demagógicos, estão submetidos à política governamental, ora direta, ora indiretamente. Passam a vida falando em pressão e em visitas aos parlamentares, para que estes assumam suas propostas. Enquanto isso, os parasitas legislam em causa própria, a exemplo dos aumentos salariais. As violentas medidas contra o ensino público e as condições de trabalho são tratadas por essas direções de forma fragmentada, como se fossem um problema local. Fazem de tudo para que as ações dos trabalhadores se limitem a protestos isolados e inócuos. Por isso, os obstáculos são grandes para os trabalhadores. E não há outra via senão enfrentá-los. De um lado, a reforma privatista do ensino e, de outro, uma burocracia corrompida pela política burguesa. A Corrente Proletária trabalha para fortalecer a fração revolucionária, que tem como tarefa levar para o seio dos trabalhadores da educação a política operária.

9.A Corrente Proletária na Educação/POR, diante do desmonte da educação pública e do avanço da mercantilização do ensino,

tem como plano de luta a defesa:

a) Escola única, pública, autônoma, gratuita, laica e enraizada na produção social, sob o controle da classe operária, de quem estuda e trabalha;

b) Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial), estatização, sem indenização, de todo o sistema de ensino;

c) Autonomia da educação frente ao Estado capitalista. Financiamento público, sob o controle de quem estuda e trabalha. Nenhuma intervenção do Estado na vida escolar, que deverá ter uma organização independente criada pela população, pelos estudantes e docentes;

d) Educação politécnica teórica e prática (aprendizagem dos fundamentos científicos básicos do processo produtivo moderno). Uma escola onde os alunos permaneçam 4 horas na produção e o restante na escola. Acesso a todos à educação em todos os níveis. Que o Estado garanta esse direito a todos que queiram continuar os estudos. Expansão da rede escolar de acordo com as necessidades de garantir a todos as condições materiais de ingresso. Fim da fragmentação entre os níveis de ensino – fundamental, médio e superior. Fim dos vestibulares;

e) Defesa da vida das crianças e da juventude oprimida. Combinar o trabalho com o estudo. Nenhuma criança e jovem fora da escola. Nenhum jovem fora da produção social. Fim da exploração

infantil. Aproveitamento das capacidades produtivas da criança, de acordo com suas condições físicas e mentais e de acordo com as exigências de seu desenvolvimento escolar;

f) Defesa da família operária e dos demais explorados. Emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Fim das jornadas estafantes. Salário mínimo vital, calculado pelas assembleias operárias e populares. Fim do salário mínimo de fome.

g) Rechaço à reforma neoliberal da educação (Municipalização, Fundeb, Reforma Universitária, ProUni etc). Rejeitar o PDE de Lula.

h) Piso salarial nacional de R\$ 2.500,00 para os trabalhadores da educação. Reposição de todas as perdas salariais. Combate às reformas que destroem as conquistas sociais (reforma da previdência, sindical, trabalhista);

i) Redução do número de alunos por sala, jornada de 20h em sala de aula e 20h fora dela, em trabalhos pedagógicos. Máximo de 25 alunos por sala.

j) Fim do ensino religioso, obscurantista, nas escolas. Nenhuma ingerência da Igreja no ensino. Educação laica;

k) Nenhum apoio aos governos burgueses. Independência política de todas as organizações dos trabalhadores frente aos governos e patrões;

l) Defesa de uma escola nova como resultado da revolução proletária.

Boletim da Corrente Proletária na Educação do Rio Grande do Norte

Recebemos o boletim da Corrente Proletária na Educação da Regional do Rio Grande do Norte. A publicação traz artigos que dão conta desde os problemas regionais até o PAC da Educação, lançado pelo governo Lula.

No artigo sobre o pacote da educação do governo Lula, destacam pontos como: a instituição de uma avaliação aos alunos de 6 a 8 anos; a instituição de planos de carreira a partir de critérios como mérito, avaliação e desempenho; dar conseqüência aos período probatório dos professores, que coloca grande parte em condições de trabalho precárias; exigência de patamar para manter diretor na escola; regulamenta parcerias nas escolas, que constituem na prática a privatização parcial; cria o comitê de compromisso, aumentando a ingerência do poder econômico sobre a escola.

No artigo sobre a UERN, destaca o papel do DCE, dirigido pelo PT, de frear a luta pelas reivindicações estudantis. O congresso estudantil recentemente realizado aprovou a discussão de uma greve unificada com professores e funcionários. A direção governista escondeu essa resolução numa gaveta. O boletim mostra que a greve unificada é o instrumento



de força capaz de enfrentar os ataques do governo.

O texto sobre o movimento dos professores relata que a direção sindical, aliada ao governo estadual, fez aprovar na última assembleia o prazo de um mês para o início da greve. É uma manobra da burocracia sindical, para ter tempo de negociar com o governo alguma migalha e depois destruir a possibilidade de greve.

Em São Gonçalo, devido os ataques do governo municipal à educação, o boletim defende a convocação de uma assembleia geral para organizar a luta, ao invés de ficar esperando até junho, como propõe a direção sindical.

Em Ceará Mirim, a prefeita Ednólia Melo reabriu processos de perseguição política a 3 professores. A base das acusações é uma clara violação ao direito democrático de expressão e manifestação. A promotoria da cidade, diante das denúncias contra a prefeita, não dá nenhum encaminhamento judicial. Mas não tardou em sair em defesa da "honra" da prefeita, atacando os professores que já chegaram a ficar 11 meses sem salários pela perseguição política da prefeita.

Em Extremoz, uma assembleia geral dos professores aprovou uma moção de repúdio contra a perseguição a uma professora que tem denunciado os ataques à educação e a situação da escola, que nem mesmo prédio tem para funcionar.

A publicação desse boletim da Corrente na região é um importante passo para organizar os professores ao redor da política e dos métodos de luta do proletariado.

Fortaleza-CE:

Campanha salarial dos servidores municipais

A avaliação do ato em frente à prefeitura: a posição da Conlutas e das correntes diante das manobras dos sindicatos.

Um dos maiores desafios impostos aos servidores públicos municipais na atualidade tem sido o enfrentamento das manobras das direções burocratizadas das entidades sindicais, entre elas, Sindiute, Apeoc, Sindifort, Sasec etc.

A atual conjuntura tem sido marcada pela capitulação dessas direções à política de negociações protagonizadas pela Prefeitura de Fortaleza (Luizianne Lins/PT. Pautada no discurso político-ideológico da chamada participação democrática, a prefeitura do PT impôs a Negociação Coletiva de Trabalho e o Protocolo das Regras Básicas de Condutas para nortear a campanha Salarial de 2007.

Durante este trajetória os servidores têm expressado disposição para luta, comparecido aos atos e se organizado em comitês de base (como por exemplo os agentes administrativos e assistentes sociais) mostrando a necessidade de organizar a unidade das diversas categorias que compõe o funcionalismo público. Contudo, esta exigência está em contraposição com as direções sindicais, que tem lançado grande parcela da categoria a uma política de ilusões que se expressa através das assembleias setorializadas do funcionalismo, assim como, no fórum dos servidores municipais de Fortaleza onde deliberaram encaminhamentos por cima da categoria sem seu aval e aprovação em assembleias. O colaboracionismo de classe destas direções tem seu ápice ao não encaminharem sequer a proposta de Assembleia Unificada em que a base possa intervir e propor suas propostas no enfrentamento com a prefeitura.

O ato do dia 18 de abril, em frente à prefeitura tinha como objetivo pressionar a prefeitura no momento das negociações com a comissão (sindicatos e servidores). Como é de praxe Luizianne Lins/PT e seus assessores se recusaram a receber os servidores, alegando que não estava agendado.

Diante desta situação só restou uma alternativa para as direções do Sindiute, Sindifort, etc: Reunir todos os esforços necessários para desarticular e acabar com o ato! Esforços que não foram poupados pelas dirigentes do Sindiute e Sindifort respectivamente. O POR interveio exigindo que se assegurassem às inscrições, o que foi garantido com muita resistência pela burocracia colaboracionista. Das correntes que estavam presentes somente o POR que foi para cima das burocracias para que fossem garantidas todas as intervenções no ato.

Neste ato a Conlutas/PSTU, fez uma intervenção de crítica a direção da CUT e ao governo municipal petista. Mas neste momento o principal alvo de combate era a burocracia do Sindifort que freia a luta dos servidores em todos os momentos, amortecendo a luta de classes e evitando o choque com o PT. Entretanto o PSTU silenciou diante de todas as manobras burocráticas desta entidade, como também, vale ressaltar que essa organização sindical nunca fora filiada a CUT, por isso não tem sentido as suas denúncias contra a CUT apesar de serem corretas.

A seita Liga Bolchevique Internacionalista fez a crítica à direção da CUT, o que é necessário, mas se calou diante da manobra da burocracia do Sindifort.

O Partido Operário Revolucionário (POR) interveio fazendo duras críticas às direções dos sindicatos em sua capitulação diante da prefeitura do PT e denunciou a chamada “unificação de pautas dos sindicatos que é uma farsa”. E por último defendeu Assembleia Geral Unificada de todas as categorias em que a base possa se expressar e apresentar suas propostas para derrotar a prefeitura. Que se forme o comitê de luta pela base com ampla participação no Fórum de Entidades e se construa o calendário unificado de lutas, em defesa da ação direta dos trabalhadores, para derrotar a prefeitura nas ruas!

A avaliação da plenária das oposições (agentes administrativos, assistentes sociais e professores).

Ao final do ato, por iniciativa da própria base dos servidores municipais, reuniram-se para encaminhar propostas que fossem comuns e discutir o eixo de intervenção no Fórum dos Servidores Municipais, como também a atuação no próximo ato (25/04). Nesta ocasião a Conlutas/PSTU começou a controlar a plenária sem que deixasse que fosse encaminhada uma mesa que pudesse organizar o tempo, as falas e as inscrições. Embora várias camaradas pedissem a voz e a inscrição por várias vezes para tirar uma mesa no intuito de assegurar o encaminhamento das propostas, mas praticamente as manobras se deram e terminou uma parte dos presentes indo embora. Desta forma, a Conlutas acabou levando os agentes administrativos para fazer sozinha e em separado do conjunto dos servidores da oposição à realização da plenária com o intuito de impossibilitar que os demais trabalhadores pudessem se manifestar, haja vista o PSTU ter monopolizado a plenária pela defesa de não se denunciar às manobras das direções sindicais no interior do movimento, pois, segundo o PSTU não se trata de denunciar as direções colaboracionistas aos servidores, mas sua proposta sinalizava para a formação de uma comissão que pressionasse o sindicato para conduzir de forma “mais democrática” o ato.

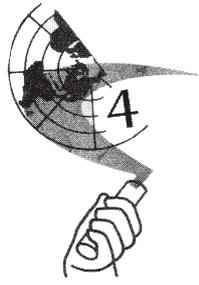
A intervenção da Conlutas/PSTU junto aos Agentes Administrativos expressa a linha política de que este não é o momento para denunciar a direção do Sindifort, sob a alegação de que os mesmos iriam ficar isolados e com dois inimigos (Sindifort e prefeitura). Trata-se de uma postura da Conlutas/PSTU de capitulação diante do Sindifort para que esta entidade no futuro possa se afiliar a Conlutas.

O que se pode ver é que a Conlutas/PSTU tem se utilizado dos mesmos expedientes, métodos e práticas da burocracia cutista para impor sua linha política. Com isso, o POR diz com toda clareza e franqueza aos operários, estudantes e demais oprimidos: a Conlutas não passa de outra entidade burocrática e um aparelho do PSTU no movimento sindical que nega a democracia operária aos seus opositores e a tática de luta conseqüente contra a burocracia sindical e o sistema capitalista.

Nesta edição:

- Argentina: Passaram-se 31 anos e quem ordenou o golpe
- Estados Unidos armam bases anti-mísseis no Leste Europeu
- Bolívia: As Massas se Rebelam Contra suas Direções Oficialistas
- Constituinte obtém apoio de 78% no Equador
- Avança a crise no Iraque: fora as tropas imperialistas da região!

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Passaram-se 31 anos e quem ordenou o golpe (as patronais nacionais e o imperialismo) continuam no poder, esmagando o povo pela fome e pela miséria

A 31 anos do golpe genocida, aqueles que detinham o poder naquela época e ordenaram a repressão selvagem, hoje seguem com o poder real, estão agora mais poderosos, mais concentrados. Pode-se castigar hoje algumas dezenas ou centenas de militares assassinos daquela época, mas não se avança um centímetro no castigo à classe social que ordenou o golpe, aos instigadores ideológicos, aos burocratas cúmplices, aos que bendisseram semelhante atrocidade, aos políticos que colaboraram...

O golpe militar como da repressão das "3 A" esteve a serviço dos capitalistas e do imperialismo. Fazer retroceder o movimento dos trabalhadores e arrebatá-lhes as conquistas alcançadas com suas lutas e destruir suas organizações sociais e políticas, para impedir que voltassem a levantar cabeça. O objetivo foi liquidar as convenções coletivas conquistadas em 1975, o objetivo foi impedir que os sindicatos fossem recuperados pelos trabalhadores, quiseram cortar pela raiz a evolução dos trabalhadores para sua independência política, que não sobrasse nada das "Coordinadoras" que haviam criado.

Existe uma unidade de classe, uma continuidade entre aquela repressão dos anos 70 sob o governo peronista, a ditadura e a repressão na democracia que custou tantas mortes, mais de 4.000 processados, milhares de ativistas demitidos de seus trabalhos, e o desaparecimento de Julio López há 6

meses.

Sob o governo Kirchner, que pretendeu tomar a bandeira dos direitos humanos, milhares de lutadores processados continuam processados, centenas de jovens caem nos bairros sob as balas do "gatilho fácil", a situação nas prisões é de aterrorizar; além do desaparecimento de López, houve vários seqüestros transitórios e ameaças e intervenções telefônicas a centenas de ativistas, continuam detidas 6 pessoas suspeitas da morte de Sayago com processos irregulares, com torturas, sem provas etc.

Sob a fachada da "democracia", são incubadas e preparadas as ações da repressão fascista. Repressões legais e ilegais se complementam. Os grupos paramilitares que atuam hoje não são a "mão de obra desocupada" dos anos 70, são gerações posteriores educadas, formadas, treinadas, preparadas sob o manto da democracia.

Alguns de dentro das próprias forças de segurança públicas, outros das agências de segurança privada que contam com dezenas de milhares de homens armados. A democracia, como sempre, se declara impotente para investigar, perseguir e desarmar estes bandos, e trata de mostrar-se diante da sociedade como vítima de suas ações. A realidade mostra que se limita a condenar alguns genocidas que protagonizaram a repressão dos anos 70, três décadas depois! E que hoje praticamente não tem capacidade para operar.

Existem provas de como, oficialmente, desde o governo democrático dos anos 70, utilizou-se a burocracia dos sindicatos para marcar os ativistas sindicais que foram rapidamente seqüestrados e executados. Quando a radicalização popular não pode ser detida a partir do governo "democrático", veio o golpe. Como ocorreu com todos os golpes da época.

Quando o Estado não pode conter as lutas populares por meios pacíficos, com mentiras e ilusões, com corrupção e participação institucional, apela aos métodos mais brutais para derrotar, desorganizar, dividir os movimentos de luta; essa é sua essência: garantir a propriedade e a taxa de lucro dos capitalistas a qualquer custo. Nunca devemos esquecer o chamado de Balbín (chefe da UCR) para "acabar com a guerrilha fabril" indicando claramente onde deveria ser usada a repressão. Os partidos políticos da burguesia e os dirigentes que colaboraram com o golpe devem ser colocados no banco dos réus, da mesma forma que as câmaras empresárias que chamaram o golpe.

A repressão continua tendo um caráter coordenado internacional como sob o Plano Condor. O que aconteceu recentemente com militantes paraguaios que ficaram sem o direito de asilo e que foram extraditados para o Paraguai, não se importando com a perseguição e torturas a que foram submetidos em seu país, demonstra sua existência.

Rechaçamos todas as ações que tendam a institucionalizar o 24 de Março como feriado, atos escolares, cerimônias e atos oficiais, inauguração de museus, etc. Esta é a forma de artificializar o conteúdo dessa data que não necessitou de legalização oficial a partir do Estado para converter-se, ano após ano, em uma convocatória massiva de luta e rebeldia, exercendo como se deve a memória histórica, apontada contra os responsáveis do genocídio, exigindo castigo para todos.

Quando relatamos as Memórias devemos reconstruir o caminho percorrido por organizações políticas e sociais daqueles anos, seus acertos e seus erros, suas principais consignas programáticas, ideológicas, os métodos de luta, e assim poder capitalizar tanto sacrifício na tarefa de resolver o problema de direção revolucionária que tanto nos afeta, construindo o partido revolucionário. Deveríamos poder entender porque, naqueles anos, com tanta vontade com tantos milhares dando a vida para a revolução, não conseguimos resolver a crise de direção. Deveríamos poder ver como muitos dos que reivindicam aquela história hoje se tornaram democratizantes, simples reformistas, arrependidos, que já nem por erro mencionam a revolução, a libertação nacional e social que antes lhes enchiam a boca; poder ver a relação entre o reformismo armado daquela

época e o reformismo pacifista de agora....

Lamentamos profundamente por aquelas organizações e companheiros que ontem protagonizaram importantes lutas e hoje foram assimilados por este governo, renunciando as reivindicações sociais e democráticas mais elementares.

Rechaçamos toda a idéia de reconciliação com os carrascos e seus mandantes. Queremos Justiça! Queremos terminar com as bases materiais da repressão e o fascismo de uma vez e para sempre. Essas bases são a dominação do grande capital e as multinacionais. Todos sabemos que isto nunca será possível nesta democracia (que não passa de uma ditadura dos capitalistas, de uma minoria enriquecida contra uma ampla maioria explorada).

Queremos acabar com a dominação imperialista de nosso país que se exerce através das multinacionais, que controlam todos os setores chaves da economia, queremos acabar com os latifundiários e os grandes capitalistas nacionais. Somente quando acabarmos com eles por meio de uma revolução social, acabando com sua ditadura de classe, teremos iniciado o castigo definitivo aos assassinos, aos expropriadores e poderemos dizer que vingamos todo o sangue operário e popular derramado tão generosamente por dezenas de milhares de heróicos lutadores nesta terra.

Neste novo aniversário, com um novo mês cumprido do desaparecimento do companheiro Julio López, entendemos que devemos concentrar nossas forças em exigir seu aparecimento imediato, com vida; o fim dos processos contra todos os lutadores; liberdade aos presos políticos.

Hoje como ontem é necessário confiar exclusivamente em nossas próprias forças, combater as ilusões na democracia burguesa; politizar-nos, educar-nos nas idéias revolucionárias da classe operária; com a certeza de que não haverá castigo para todos os genocidas sob essa democracia; que temos de organizar nossa auto-defesa para proteger nossos militantes e nossas lutas; que é necessário organizar Tribunais Populares para investigar, julgar e castigar (se apoiando na ação direta das massas) os responsáveis pelos crimes contra o movimento popular, os de ontem e os de agora!, que sempre sob este regime ficam impunes.

Resolver a construção da direção é construir o Partido Revolucionário da classe operária, que encarne seu programa, sua estratégia de revolução social e ditadura do proletariado. E essa será nossa melhor homenagem a tantos irmãos perdidos na luta.

(Extraído do Massas Argentino 204, de março de 2007)

Estados Unidos armam bases antimísseis no Leste Europeu

O governo Bush anunciou a instalação de bases militares antimísseis no Leste Europeu (na antiga Tchecoslováquia). Justifica afirmando a ameaça que constitui um país hostil aos EUA, como o Irã, possuir capacidade de fabricação de mísseis nucleares de longo alcance, que só poderiam ser detidos por instalações antimísseis nas costas das fronteiras da ex-união soviética.

O presidente russo Putin declarou que a Rússia estaria, a partir dessa resolução, desobrigada do tratado de não proliferação de armas da OTAN. Abriu-se uma crise nas relações entre esses países e os do leste europeu, onde se

pretende instalar as bases.

A instalação de bases militares em todo o mundo é uma necessidade do crescente intervencionismo econômico e militar dos EUA em toda parte. O controle sobre as fontes de matéria-prima sobre os governos de todos os países produtores é uma necessidade do capital financeiro internacional. A instalação de bases militares ainda constitui incremento à economia ianque, acossada pela estagnação econômica.

O Irã não possui artefatos nucleares de grande alcance. Está em choque para ter o direito de possuir tecnologia nuclear própria e não ter de comprá-la a peso

de ouro do imperialismo. Ainda que faça suas armas nucleares, certamente seu alvo primário estará em Israel, muito mais alcançável que o território norte-americano. As bases militares ianques são para monitorar o leste europeu, produtor de gás, carvão e caminho das riquezas russas. E para pressionar a própria Rússia, atual maior produtor de petróleo mundial.

A chantagem russa de retirar-se do tratado da OTAN não será capaz de impedir os anseios intervencionistas do governo Bush. Os caminhos da restauração capitalista na Rússia levam o país para o destino de submeter-se aos ditames do imperialismo mundial.

As Massas se Rebelam Contra suas Direções Oficialistas

Mais cedo ou mais tarde, as direções oficialistas do movimento operário estavam condenadas a se chocar com suas bases, pois o governo, da mesma forma que seus antecessores, não consegue resolver as necessidades vitais das massas; pelo contrário, põe a nu toda sua política demagógica e hipócrita, que vem desenvolvendo com a finalidade de ludibriar os explorados, tais como os contratos com as petrolíferas, a nacionalização da siderúrgica de Vinto, sua servil política pró-imperialista de erradicação da folha de coca etc.

O magistério urbano, cuja direção nacional está controlada pelo estalinismo, ao conhecer a resposta do Ministério da Educação à sua pauta de reivindicações – mais parece um enchimento de lingüiça do que alguma coisa com conteúdo – decidiu rechaçá-la e adotar medidas de pressão, exigindo um salário que cubra todas as necessidades vitais dos professores e a escala móvel de salários para defender a capacidade aquisitiva

Professores de La Paz realizam marcha massiva

Os professores de La Paz responderam massivamente à convocação de sua federação departamental participando massivamente a marcha com tochas convocada para o dia 13 de abril passado; exigindo aumento salarial de acordo com o custo da cesta familiar, rechaço a Lei Avelino Siñani - Elizardo Perez, reforma da Lei de Pensões etc.

Trata-se de uma manifestação dos professores contra a política reformista

Operários fabris ganham as ruas em LA PAZ

Como a dos professores, a marcha dos operários fabris de 12 de abril passado foi massiva. As bases impuseram a manifestação de protesto para a Federação de Fabris, controlada pelo M.A.S. Exigem aumento salarial de 200%, aposentadoria no sistema de repartição, reativação econômica, salário dominical. A marcha foi impressionante, com a participação de muitos jovens.

da classe frente à tendência de luta que se desencadeou como consequência dos desastres naturais, o imediato cumprimento da Lei de Pensões obrigando os patrões e o Estado a contribuir para os rendimentos dos trabalhadores, pelo rechaço da Lei Avelino Siñani e Elizardo Pérez que já se encontra no Parlamento para aprovação etc.

Os cocaleiros da região de Yugas em La Paz resistem bravamente à chamada “erradicação acordada” de suas plantações e o governo foi obrigado a mobilizar tropas de erradicação forçada por todas as comunidades de Caranavi.

Os universitários, frente ao anúncio do governo de desconhecer a autonomia universitária e de reduzir o orçamento



Bolivianos lutam pela real nacionalização

das casas de ensino superior em 50 %, se mobilizam em todo o país.

O problema é que toda esta tendência de rebelião das bases contra as direções massistas não encontra ainda uma clara referência revolucionária proletária que possa desenvolver o processo até as últimas consequências: a superação da política burguesa do MAS e a perspectiva de que os ex-

plorados coloquem a necessidade de seu próprio governo, o governo operário e camponês.

Este é o momento de forjar um poderoso Partido Operário Revolucionário capaz de conduzir as massas à vitória derrotando a direita e o reformismo.

(extraído do Masas Boliviano n° 2033, de 20/04/2007)

abertamente pró-burguesa do governo do M.A.S.; uma expressão do cansaço das massas ante a demagogia masista, suas falsas nacionalizações, sua incapacidade para atender os problemas urgentes dos explorados, pois protege os interesses gerais das multinacionais que considera como suas “sócias” e dos capitalistas nativos, empresários privados, latifundiários com os quais querem através de agrados acordar pequenas reformas para suavizar

um pouco a miséria das massas.

O MAS havia planejado colocar seus provocadores no trajeto da marcha na Praça San Francisco. Estes tentaram acabar com a marcha, mas foram rechaçados pelos professores, então se limitaram a assobiar timidamente para os manifestantes.

Em nível nacional, as bases do magistério se rebelaram contra a direção nacional estalinista que co-governa com o M.A.S.

Realizou-se o Congresso da COR-EL ALTO

Foi formado um bloco operário contra o bloco sindicalista para dotar a Central Operária Regional de El Alto de uma política e direção operária. O Sindicato de Professores de El Alto dirigiu o bloco. Houve a discussão da direção operária versus a direção camponesa.

Já tínhamos assinalado que o proletariado, independentemente de seu número, constitui a classe social revolucionária por excelência em nossa época, isto porque, não sendo proprietária de nenhum meio de produção, é a única que pode lutar consequentemente contra o poder burguês, ou seja contra os proprietários estrangeiros (multinacionais) ou nativos (empresários, banqueiros, latifundiários), conduzindo o conjunto dos explorados para a revolução que liberte o país da opressão imperialista e as massas do abuso dos amos.

Os camponeses são pequenos proprietários, estagnados no atraso pré-capitalista, que é a origem de sua miséria. Estes explorados só poderão superar suas precárias condições de vida e de trabalho no marco da propriedade coletiva socialista, as fazendas coletivas, superando a pequena propriedade a qual se aferram desesperadamente. Não podem ser uma direção revolucionária porque sua pequena propriedade lhes impede arremeter contra a grande propriedade burguesa até destruí-la definitivamente.

Constituinte obtém apoio de 78% no Equador

O presidente equatoriano Rafael Correa obteve uma vitória política no referendo sobre a convocação de uma Assembléia Constituinte para o Equador. A oposição direitista, que tem a maioria parlamentar, saiu derrotada. Inicia-se agora a disputa pelo controle da Constituinte, que poderia mudar a correlação de forças no Estado em favor de Correa e aumentar seu poder de intervir sobre o petróleo, principal riqueza do país (450 mil barris diários produzidos).

O Equador tem atravessado crises sociais e políticas sucessivas. O país produz riquezas naturais que são apropriadas pelo imperialismo, apoiado pelo seu sócio menor, a débil burguesia nacional equatoriana. A economia, depois de crises monetárias sucessivas, foi dolarizada. A miséria da maioria camponesa a empurra a mobilizações que se chocam com a democracia e as instituições burguesas. O intervencionismo norte-americano é uma necessidade imperialista de controle sobre a produção de petróleo. Não é à toa que os EUA têm no Equador uma base militar.

As últimas eleições deram o poder a

Rafael Correa, considerado aliado do venezuelano Hugo Chavez, e adversário dos Estados Unidos. Correa venceu mas ficou sem base no parlamento, pois boicotou as eleições parlamentares, acusando-as de fraudadas. Voltou-se então para uma campanha pela Constituinte, que poderia mudar as relações políticas em seu favor e reestruturar o funcionamento do parlamento. Enquanto isso, o judiciário atua como disciplinador da disputa, agindo sobre os mandatos dos parlamentares opositores.

Correa, assim como Chavez, expressam um nacionalismo burguês de tinturas esquerdistas. Falam em socialismo, mas defendem a propriedade privada dos meios de produção, base do capitalismo. Por mais que discursam contra os EUA, são incapazes de expressar uma real soberania, independência política e econômica.

A vitória no referendo levará a disputa interburguesa ao interior da Constituinte. De um lado, a oposição burguesa direitista procurará congelar a atual legislação, que lhe é favorável. De outro, Correa tentará negociar a ampliação de seus poderes para utilizar o petró-

leo como base material para sua política. As massas, que ainda têm ilusões nas instituições democráticas burguesas, estarão à margem das decisões. Provavelmente serão utilizadas como massa de manobra para as pretensões de Correa.

A ausência de uma direção revolucionária leva as massas, insatisfeitas com a miséria crescente e com as políticas neoliberais, a ficarem a mercê da influência política do nacionalismo de Correa. Inicialmente, devem se submeter às manobras do nacionalismo em sua disputa com as frações burguesas direitas. Mas a impossibilidade de Correa atender as reivindicações, pelos seus compromissos com a defesa da propriedade privada e das instituições democráticas burguesas, levarão ao agravamento das contradições das aspirações das massas com a política burguesa de Correa. Novos choques virão, as massas avançarão rumo à necessária destruição revolucionária do capitalismo e à construção do socialismo, que só pode vir pela revolução e pela destruição da propriedade privada dos meios de produção, pela sua substituição pela propriedade coletiva, socialista.

Avança a crise no Iraque: fora as tropas imperialistas da região!

O governo norte-americano de Bush tem insistido na ocupação militar do Iraque, apesar do agravamento da crise de seu intervencionismo. A resistência contra a ocupação só tem crescido. O número de atentados e sua força destrutiva também. Apesar da divisão entre as nacionalidades iraquianas, que conflitam entre si, a resistência tende a uni-las no objetivo comum de destruição do invasor. O recente recorde de mortos num dia por atentado, que foi seguido pelo recorde de soldados norte-americanos mortos num único dia, expressam bem essa situação.

A crise chegou também ao parlamento ianque. A oposição democrata, de olho nas próximas eleições presidenciais, fez aprovar no Congresso uma resolução de retirada das tropas do Iraque. A pequena margem de vantagem de aprovação permite ao presidente Bush vetar

a resolução, o que já anunciou que fará. O episódio reflete o desgaste político da ocupação militar, e a própria divisão entre as frações do imperialismo a respeito do que fazer com a ocupação militar fracassada de Bush.

Turquia ataca curdos

Os curdos são uma nacionalidade sem país: estão divididos pelas fronteiras de 4 países, instituídas pelas potências imperialistas após o final da segunda guerra mundial. Parte deles está no Iraque, parte no Irã, a maioria na Turquia e a menor parte na Síria.

Com a ocupação militar do Iraque, foi instituída uma "zona de exclusão" no norte do país, habitado pelos curdos. A crescente resistência contra a ocupação militar ianque no Iraque enfraquece o controle da região, o que pode levar a

uma retomada dos movimentos separatistas curdos ali e nos países vizinhos. O governo da Turquia, submisso aos Estados Unidos, deslocou tropas para a fronteira com o Iraque (12 mil soldados), sob o pretexto de evitar que os curdos iraquianos influenciassem revoltas dos curdos turcos. Na verdade, trata-se de um reforço à ocupação ianque na região, que tem se mostrado incapaz de conter a rebelião das nacionalidades oprimidas.

A emancipação dos curdos, sua autodeterminação, é um direito democrático que o capitalismo em crise não pode conceder. Está ligado à expulsão do imperialismo da região e à derrubada dos governos fantoches pelas massas. As frações do nacionalismo burguês têm se mostrado incapazes de realizar essa tarefa. A realização dessa reivindicação é parte do programa da revolução proletária.